



f /peloestado

# [ PeloEstado ]



peloestado.com.br

## Guerra de “likes” dá o tom do que esperar nas eleições

As redes sociais já estão nos dando uma prévia do que vem por aí, quando as disputas eleitorais começarem a pegar fogo de verdade (se é que já não estão).

São indiretas, bem diretas, postadas entre esquerda e direita que, quem não estiver muito dentro do contexto, é capaz de se perder.

A última foi entre a deputada federal Ana Paula Lima (PT) e o governador Jorginho Mello (PL), que já vem usando as redes sociais há algum tempo para enviar seus “recados”.

O motivo da troca de farpas entre eles foi o preço da gasolina, após Ana Paula insinuar que o último aumento foi por culpa do imposto estadual, não federal.

“O bolso pesou aí também? A gasolina subiu em Santa Catarina e a gente precisa falar a verdade sobre isso! Muita gente confunde, mas o aumento de R\$ 0,10 por litro

é culpa de um imposto ESTADUAL (o ICMS), decidido pelos governadores e secretários de fazenda. Não tem nada a ver com o Governo Federal ou com o Presidente Lula. Enquanto o Governo Federal trabalha para estabilizar a economia, aqui no nosso estado o preço médio já passou dos R\$ 6,40. Em Floripa, tem posto cobrando mais de R\$ 6,80! É o catarinense pagando a conta de uma gestão que aumenta imposto enquanto falta investimento básico”.

Por sua vez, Jorginho rebateu afirmando que o aumento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, ou seja, que a ordem veio, sim, do Governo Federal.

Recentemente, Ana Campagnolo (PL) também usou a mesma estratégia para cutucar Carlos Bolsonaro (PL), em defesa de Carol De Toni (PL). Enfim, até outubro de 2026, outros embates poderão ser facilmente vistos circulando pela “timeline” do catarinense. É só aguardar.

## Desobrigado

Por maioria de votos, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reformou a sentença que determinava ao ex-deputado César Souza a demolição de imóvel na Caieira do Norte, em Governador Celso Ramos, conhecida como “Prainha do Xanahi”. A determinação já estava suspensa também por decisão do TRF4, que acolheu o pedido da defesa para a realização de perícia judicial na propriedade a fim de apurar a sua real situação frente à legislação ambiental.

A ação foi proposta originalmente pelo Ministério Público Federal, que alegava ainda a obstrução do acesso à praia pela propriedade. No acórdão, o TRF4

Foto: Câmara dos Deputados/Divulgação



também certifica a inexistência desse impedimento, além de confirmar que não houve destruição de floresta nativa.

## Cidade dos Transportes

O Governo de Criciúma realizou a assinatura da ordem de serviço para a implementação de infraestrutura em cinco vias do Loteamento Cidade dos Transportes, conhecido como Porto Seco, localizado no bairro Cristo Redentor. Com investimento total de R\$ 7,5 milhões, entre recursos do Governo do Estado e do Município, as melhorias têm como objetivo agilizar o transporte de cargas, fortalecer a economia e garantir o desenvolvimento sustentável no município.

A Cidade dos Transportes se consolida como um dos principais polos logísticos do município, com intenso tráfego diário de veículos pesados.

## Sob nova direção

Uma das principais indústrias de papel e embalagens sustentáveis do Brasil, a Irani anunciou o novo diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores. André de Carvalho, que ocupava a posição de gerente de Relações com Investidores, assume o cargo.

O movimento está alinhado ao processo de sucessão da companhia, que anunciou recentemente Odivan Carginin, até então CFO, como o novo CEO da Irani.

Carvalho está há cinco anos na empresa. É formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e possui MBA Executivo em Finanças pelo Insper. Anteriormente, foi consultor de estratégia no BCG – The Boston Consulting Group – e atuou como assessor em operações de fusões e aquisições na Ártica Investimentos.

## Regularização de débitos

Está aberto o prazo para adesão ao Programa Catarinense de Regularização de Débitos de Dificil Recuperação, da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc). A lei foi sancionada no final de dezembro de 2025 e tem validade de 90 dias. A iniciativa tem como objetivo permitir que empresas catarinenses regularizem dívidas antigas e retomem o acesso ao crédito, fortalecendo a economia do estado.

O programa oferece condições especiais para renegociação de débitos lançados em prejuízo, com prazos e descontos escalonados conforme o grau de recuperabilidade do crédito e a data de adesão. O prazo para adesão é de até 90 dias a partir da publicação da lei, e os benefícios incluem perdão de até 100% dos encargos de mora, como juros e multas, além do recálculo do valor devido com base na taxa SELIC.

## Fiscalização pública

Jaraguá do Sul inaugura um novo modelo de fiscalização pública ao implantar inteligência de dados no Poder Legislativo. A Câmara Municipal firmou parceria com a Toccato, Master Reseller da Qlik na América Latina, para utilizar tecnologia de Business Intelligence no acompanhamento da gestão pública. O projeto, viabilizado por uma lei municipal inédita construída de forma conjunta entre Executivo e Legislativo, garante aos vereadores acesso permanente a dados detalhados da execução orçamentária. Na prática, a iniciativa permite o monitoramento qualificado de indicadores em áreas como saúde, educação e finanças, fortalecendo a transparência, a governança e o controle institucional dos recursos públicos.

Integração Editorial



Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales

Diagramação: Celina Sales

Contato peloestado@gmail.com

\*Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC